

O Orçamento do Estado de 2011

Se o Orçamento do Estado (OE) fosse um bolo, cada fatia representaria diferentes programas e políticas públicas a ser implementadas pelo governo anualmente. Mas a decisão de como cortar estas fatias não é neutra. Eventualmente, algumas fatias acabam sendo mais generosas do que outras. E estas decisões têm implicações directas nas vidas das pessoas, principalmente dos grupos que vivem em situação de vulnerabilidade.

Os Informes Orçamentais de 2011, produzidos pela Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), visam estimular a participação pública e compreensão destas decisões sob a perspectiva de alocações orçamentais.

Os informes são baseados no OE de 2011 antes de sua revisão pela Assembleia da República em Maio, que aprovou o aumento do envelope total de recursos de US\$ 4.4 para US\$ 4.7 mil milhões. Esta alteração não afectou muito o orçamento agregado dos sectores sociais – objecto principal de análise dos informes. O aumento tinha em vista despesas ‘extraordinárias’ (ex. subsídios, cesta básica, etc) para a amortização do impacto da crise internacional dos preços do petróleo e de produtos alimentares, principalmente nas camadas mais vulneráveis.

Esta preocupação é válida. Mais da metade da população Moçambicana vive abaixo da linha de pobreza, com US\$ 0.50 por dia. Mas as medidas adoptadas têm um carácter reactivo de curto prazo. E algumas delas já nem serão mais implementadas, como é o caso da cesta básica.

Por outro lado, os programas existentes de protecção social, cujo objectivo principal é exactamente a minimização de riscos e vulnerabilidades, recebem apenas 0.05 por cento do OE total (ou menos de um quarto da compensação paga às gasoleiras pelos prejuízos de 2010!). Ainda que orçamento e o número de beneficiários do Programa de Subsídio de Alimentos (PSA) – o mais antigo programa de protecção social de África -

tenham aumentado ao longo dos anos, o valor da transferência é o mesmo desde 2008. Com o impacto da inflação, o valor real das transferências diminuiu em cerca de 26 por cento. E as alocações per capita destes programas são menores nas províncias mais pobres do país.

As disparidades nas alocações regionais são também observadas em outros sectores sociais. A despesa do Sector da Educação em Nampula é apenas US\$ 15 por pessoa. Em Maputo Cidade, este valor sobe para US\$ 37 por pessoa. No entanto, a taxa de frequência no ensino primário em Nampula é a mais baixa do país (73.6 por cento). Maputo Cidade tem a taxa mais alta (96 por cento).

Da mesma forma, o Sector da Saúde gasta cerca de US\$ 8 por pessoa em Maputo Cidade comparado à apenas US\$ 4 na Zambézia. Ainda que o número do pessoal de serviço de saúde tenha aumentado nas províncias mais populosas, a taxa de mortalidade infante-juvenil na Zambézia é a maior do país.

O OE deve ser visto como um instrumento estratégico de mitigação destas disparidades, aumentando o investimento em áreas menos favorecidas. Se o objectivo de médio e longo prazo do governo é a redução da pobreza e o crescimento económico inclusivo, é necessário uma abordagem de distribuição de recursos mais estratégica. Uma distribuição que não abandone as ‘zambézias’ da vida. Mas que priorizem as regiões que, por diversas razões, não estão a usufruir dos benefícios do alto desempenho económico do país como um todo.

Neste sentido, é necessário a adopção de critérios para uma afetação territorial equitativa destes recursos. Estes critérios deveriam ser baseados nas taxas de incidência da pobreza e indicadores de capital humano nas diferentes províncias. O governo adopta critérios semelhantes para a afectação da despesa de investimento para os distritos (os “7 milhões”). Mas esta abordagem deve ser expandida para assegurar que as oportunidades de acesso aos serviços básicos sejam um direito de todas as crianças Moçambicanas. Em todas as províncias. Sem excepção.